



JOURNAL OF ECOINNOVATION AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT - online (2965-9515)

***CARACTERIZAÇÃO DE PRODUTORES FAMILIARES DE
ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA NO SUL AMAZÔNICO
AMAPAENSE E OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19***

***CHARACTERIZATION OF FAMILY PRODUCERS IN
AGROEXTRACTIVIST SETTLEMENTS IN THE SOUTHERN AMAZON
OF AMAPA AND THE IMPACTS OF THE COVID-19 PANDEMIC***

Núbia Silva de Freitas

<https://orcid.org/0009-0004-8286-4431>

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

nubiasilva2335@gmail.com

Kalyne Sonale Arruda de Brito

<https://orcid.org/0000-0001-9560-1164>

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

Kalyne.brito@unifap.br

Janivan Fernandes Suassuna

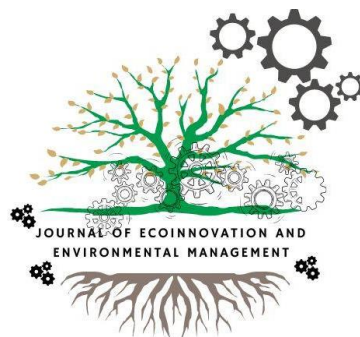
<https://orcid.org/0000-0001-8768-0261>

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

janivan.suassuna@unifap.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é caracterizar o perfil de uma parcela de produtores familiares e de seus estabelecimentos situados no assentamento agroextrativista do Anauerapucu, município de Santana, Amapá, verificando os impactos da pandemia da Covid-19. Foram entrevistados 10 produtores familiares, com questões pré-elaboradas, relacionadas ao perfil do produtor e de sua propriedade, bem como das características da produção e dificuldades e estratégias vivenciadas, frente a crise sanitária provocada pelo novo Coronavírus. Os dados obtidos foram organizados em planilhas do Excel e, posteriormente, analisados por meio de gráficos e tabelas. A maioria dos



JOURNAL OF ECOINNOVATION AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT - online (2965-9515)

agricultores entrevistados tem entre 29 e 65 anos de idade. A maioria possui baixo grau de escolaridade. Não estão vinculados a associações ou cooperativas do ramo agroextrativista, não possuem acesso à orientação técnica, e utilizam de conhecimentos agroecológicos no manejo das plantas. Os principais produtos comercializados são açaí, bacaba, cupuaçu, mandioca e seus subprodutos, macaxeira, maracujá, hortaliças, peixes, taperebá; que podem ter preços variáveis em decorrência dos períodos de safra e entressafra. Os principais impactos decorrentes da pandemia da Covid-19 foram a redução da produção agropecuária, diminuição dos produtos comercializados e da renda dos agricultores do assentamento, além do medo por contaminação.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Políticas públicas; Sazonalidade da produção; Crise sanitária.

ABSTRACT

The objective of this article is to characterize the profile of a portion of family farmers and their establishments located in the Anauerapucu agroextractive settlement, in the municipality of Santana, Amapá, assessing the impacts of the COVID-19 pandemic. Ten family farmers were interviewed using pre-prepared questions related to the profile of the farmer and his or her property, as well as the characteristics of production and the difficulties and strategies experienced in the face of the health crisis caused by the novel coronavirus. The data obtained were organized in Excel spreadsheets and subsequently analyzed through graphs and tables. Most of the farmers interviewed are between 29 and 65 years old. Most have a low level of education. They are not affiliated with agroextractive associations or cooperatives, lack access to technical guidance, and rely on agroecological knowledge for plant management. The main products sold are açaí, bacaba, cupuaçu, cassava and its byproducts, sweet cassava, passion fruit, vegetables, fish, and taperebá. Prices may vary depending on the harvest and off-season. The main impacts of the COVID-19 pandemic have been a reduction in agricultural production, a decrease in the number of products sold, a decrease in the income of farmers in the settlement, and a fear of contamination.

Keywords: Family farming; Public policy; Production seasonality; Health crisis.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2) afetou a produção e a distribuição de alimentos, prejudicando diversos setores do agronegócio, especialmente, pequenos produtores que tiveram espaços para comercialização fechados e funcionamento parcial de mercados institucionais em detrimento do isolamento social para contenção do novo Coronavírus.

Não obstante aos efeitos de distribuição de produtos, a contaminação de milhões de agricultores proporcionou redução da oferta de mão de obra e do volume de produção, com consequências na diminuição da renda das famílias e segundo, Cassol, Vargas e Canever (2020), alterações nos hábitos alimentares. Sabe-se, portanto, que a atividade agrícola realizada por famílias rurais, de pequeno porte, é fonte de diversidade produtiva, tanto sob o aspecto das espécies produzidas, quanto do processo de produção. A diversificação é resultante da historicidade e herança cultural dos grupos, da experiência profissional e individual, bem como devido ao acesso distinto a recursos naturais, capital humano, capital



JOURNAL OF ECOINNOVATION AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT - online (2965-9515)

social, mercado e à socioeconomia, muitas vezes diferenciados entre regiões de um mesmo país (Buainain; Souza Filho, 2006).

No Brasil, somam-se 5,07 milhões de agricultores familiares, que produzem cerca de 70% dos produtos (IBGE, 2017) sendo evidente a importância econômica e social representada por esta atividade agropecuária, com contribuições para a segurança alimentar e para a redução da pobreza e da fome no campo (Buainain; Souza Filho, 2006).

No estado do Amapá, aproximadamente 7 mil propriedades agropecuárias são familiares, que no ano de 2017 resultou na produção de 685 mil abacaxis, 2.962 toneladas de mandioca, 198 toneladas de melancia, 477 toneladas de milho, numa área colhida de 5 mil ha (IBGE, 2017).

O assentamento escolhido como recorte geográfico para o presente estudo, foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) em abril de 1998, e é caracterizado pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), como área predominante de pequenas unidades familiares, que utilizam a terra com a prática de roçados e cultivo de mandioca, milho, hortas, entre outras culturas (RURAP, 2002); além da prática do extrativismo, principalmente do açaí, e a criação de animais de pequeno e médio porte (Silva; Filocreão, 2016).

Diante dos aspectos mencionados e da escassez de estudos acerca da influência que a crise sanitária causada pelo novo Coronavírus promoveu sobre o arranjo produtivo e socioeconômico de agricultores familiares, objetiva-se com este artigo caracterizar o perfil de uma parcela de produtores familiares e de seus estabelecimentos situados no assentamento agroextrativista do Anauerapucu, município de Santana-AP, relacionando o período anterior e durante a pandemia da Covid-19.

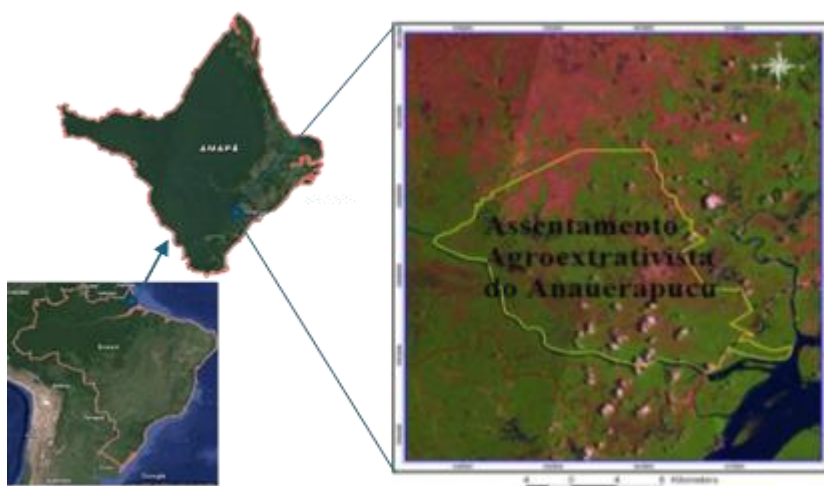
MATERIAL E MÉTODOS

O procedimento metodológico adotado neste trabalho constou inicialmente de uma pesquisa bibliográfica e, posteriormente de uma pesquisa de campo realizada em dois períodos: no mês de agosto de 2018, portanto antes do início da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), e durante a pandemia em março de 2021, junto à uma parcela de agricultores familiares.

A área de estudo se localiza no assentamento agroextrativista do Anauerapucu, município de Santana, estado do Amapá, distante 18 quilômetros da sede do município e 25 km da capital Macapá, coordenadas geográficas de 0° 04' 05,27" N e 51° 15' 35" O, com área igual a 37.058,443 hectares

(Mapa 1), e de clima Am (com pequena estação seca e com chuvas intensas durante o resto do ano), conforme classificação de Köppen (Alvares et al., 2014). Áreas de várzeas com caracterização de solos glei pouco úmido, glei húmico, bem como áreas de terra firme com solo do tipo latossolo amarelo predominam na região (RURAP, 2002; Alvares et al., 2014).

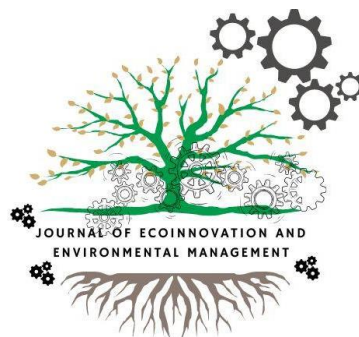
Mapa 1 - Assentamento Agroextrativista do Anauerapucu.



Fonte: Adaptado de Silva e Filocreão (2016).

O projeto de assentamento agroextrativista do Anauerapucu foi criado na data de 22 de abril de 1998, onde residem 518 famílias, conforme informações do INCRA (2021). Na área de terra firme se encontram 80 famílias que trabalham na agricultura, agroextrativismo e pecuária de cunho familiar (Silva; Filocreão, 2016), dos quais uma parcela de 12,5% (10 agricultores familiares/extrativistas) participou da pesquisa, conforme os seguintes critérios: ser residente no assentamento do Anauerapucu, responsável por seu estabelecimento agropecuário; ter idade superior a 18 anos; e ser produtor (a)/agroextrativista familiar.

Os voluntários responderam, individualmente, duas entrevistas semiestruturadas, respectivamente, no período anterior à pandemia, em 2018 e durante a pandemia, em 2021, ambas de forma dialogada, anotando-se as respostas e/ou gravando-as, com exceção do período pandêmico que ocorreu de forma dialogada e remota, em decorrência do isolamento social, sob consentimento do(a) entrevistado (a), após aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).



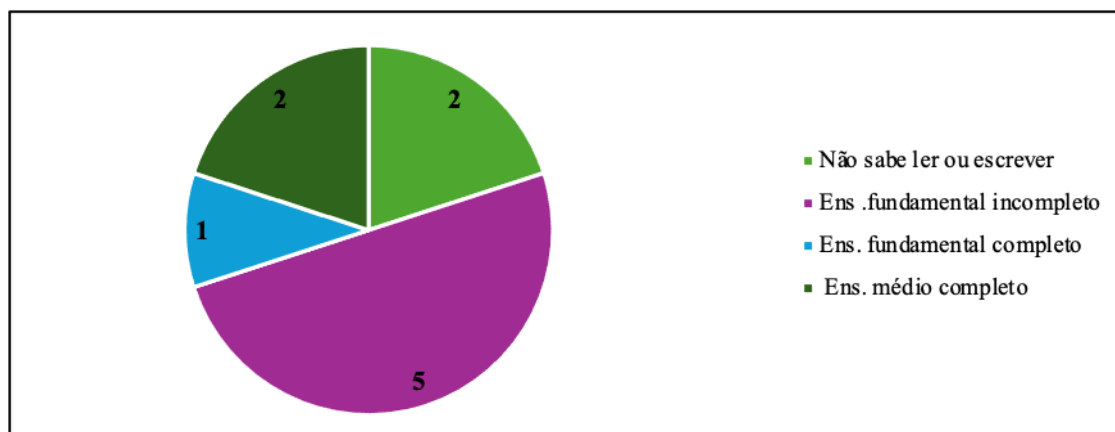
JOURNAL OF ECOINNOVATION AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT - online (2965-9515)

As questões se referiam a caracterização do produtor, da produção agropecuária e da propriedade, especificamente: sexo, idade, tempo de trabalho, finalidade da propriedade, produtos agropecuários produzidos/extraídos, manejo de produção, acesso à orientação técnica, participação em organizações sociais, precificação, sazonalidade da produção e dificuldades enfrentadas; bem como da situação, desafios e estratégias vivenciadas pelos assentados frente à pandemia do novo Coronavírus. As respostas quantitativas foram tabuladas, com o auxílio da ferramenta Microsoft Excel 2016 e representadas em gráficos ou tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A parcela de agricultores familiares entrevistados no assentamento agroextrativista do Anauerapucu tem entre 29 e 65 anos de idade, sendo seis pertencentes ao sexo masculino e quatro do sexo feminino. Quanto ao grau de escolaridade, apenas dois entrevistados possuem ensino médio completo, cinco entrevistados não completaram o ensino fundamental e dois não são alfabetizados (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Grau de escolaridade dos agricultores do assentamento agroextrativista do Anauerapucu, Santana, AP.



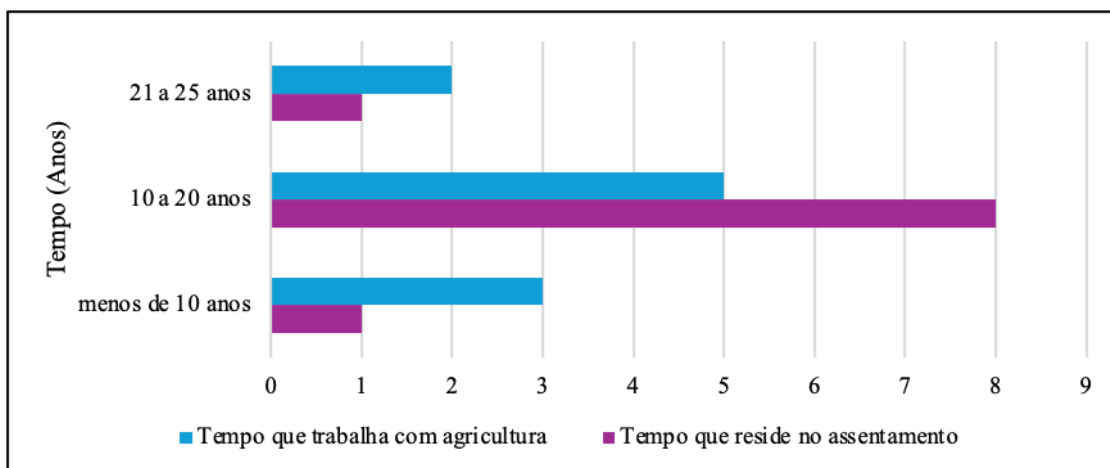
Fonte: Autores (2025)



Esses dados refletem a baixa escolaridade de parte dos agricultores familiares, fato que pode influenciar nas vendas e no preço dos produtos. Essa realidade escancara a necessidade de implantação de mais escolas, cursos e orientações detalhadas e de linguagem acessível para que esses agricultores tenham independência e ganho financeiro no mercado formal.

No Gráfico 2, é possível perceber que oito entrevistados residem no assentamento agroextrativista do Anauerapucu, entre 10 e 20 anos; e ao menos cinco produtores trabalham com agricultura por igual período.

Gráfico 2 – Tempo de trabalho com agricultura e tempo de moradia no assentamento Agroextrativista do Anauerapucu, Santana, AP.



Fonte: Autores (2025).

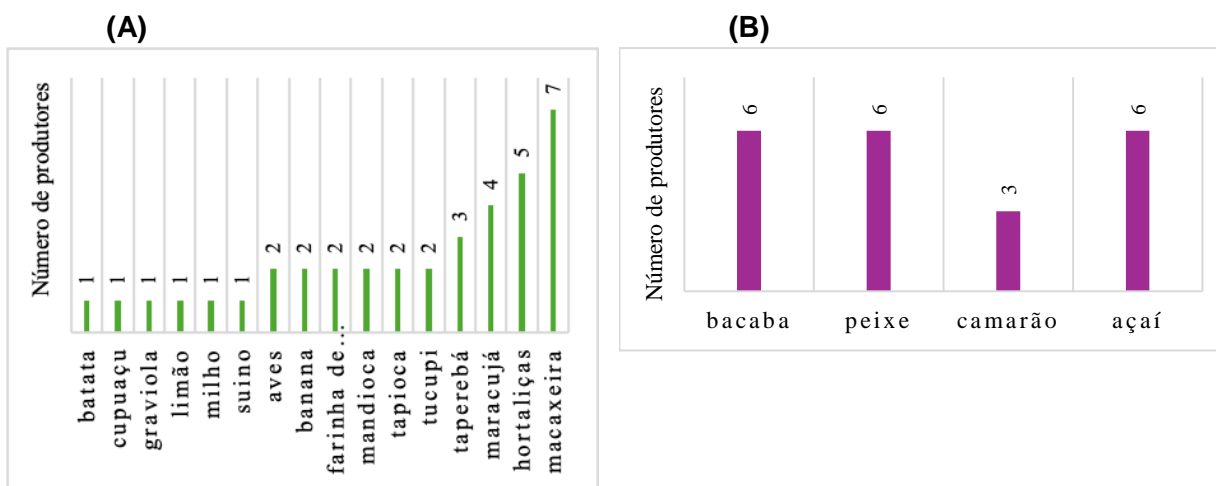
A maioria dos agricultores começa a trabalhar bem cedo, acompanhando os pais na roça, caça e pesca, o que ajuda a aumentar a fonte de renda, porém a dedicação quase exclusiva para atividades rurais acaba afastando as crianças, jovens e adultos da escola e ainda uma parcela acaba casando cedo e assumindo responsabilidade como suporte de sustento de suas famílias.

Por meio das atividades agrícolas desenvolvidas nas propriedades, antes da pandemia, relatou-se pelos entrevistados, que eram produzidas diversas espécies vegetais e seus subprodutos, destacando-se a macaxeira, hortaliças diversas e maracujá-amarelo (*Passiflora edulis*), produzidos por sete, cinco e quatro produtores, respectivamente (Gráfico 3). Cita-se, ainda, o cultivo da mandioca (*M. esculenta*),



banana (*Musa sp.*), batata (*Solanum tuberosum*), e milho (*Z. mays*), além da produção da goma de tapioca, tucupi, farinha de mandioca e a coleta de frutos de taperebá (*Spondeas mombin*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), graviola (*Annona muricala*) e limão (*Citrus limon*) A criação de aves e suínos e fabricação de queijo artesanal era desenvolvida por dois entrevistados (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Produtos agropecuários produzidos pelos agricultores do assentamento Agroextrativista do Anauerapucu, Santana, AP, antes da pandemia (A) e produtos coletados para subsistência durante a pandemia (B)*.



*O entrevistado pode indicar mais de uma resposta. Fonte: Autores (2025)

A diversidade de espécies cultivadas e comercializadas na comunidade é significativa, desde plantios de açaí (*Euterpe oleracea*), passando pelas práticas de preparo da farinha de mandioca até a colheita de frutos florestais comestíveis, resultando numa lista de 11 espécies vegetais e duas espécies animais (Gráfico 3A). Tal diversificação pode ser motivada por fatores como a possibilidade de aumento da renda familiar mensal, em que quanto maior a variedade de produtos, maior a probabilidade de venda múltipla ou, ainda, devido ao período de safra e entressafra que força o agricultor a plantar mais de uma espécie durante o ano, para garantir a oferta de pelo menos um produto e manter sua fonte de renda.



JOURNAL OF ECOINNOVATION AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT - online (2965-9515)

Ressalta-se que durante a pandemia, todos os agricultores no presente estudo relataram ter sido infectados pelo novo coronavírus e, em meio à recuperação, e a dificuldade para produção e, conseqüente, escoamento, utilizaram-se de outros produtos para suprir a alimentação da família, conforme pode ser observado no Gráfico 3B, destacando-se a extração da bacaba, do açaí e de peixes, produtos citados por 6 pessoas.

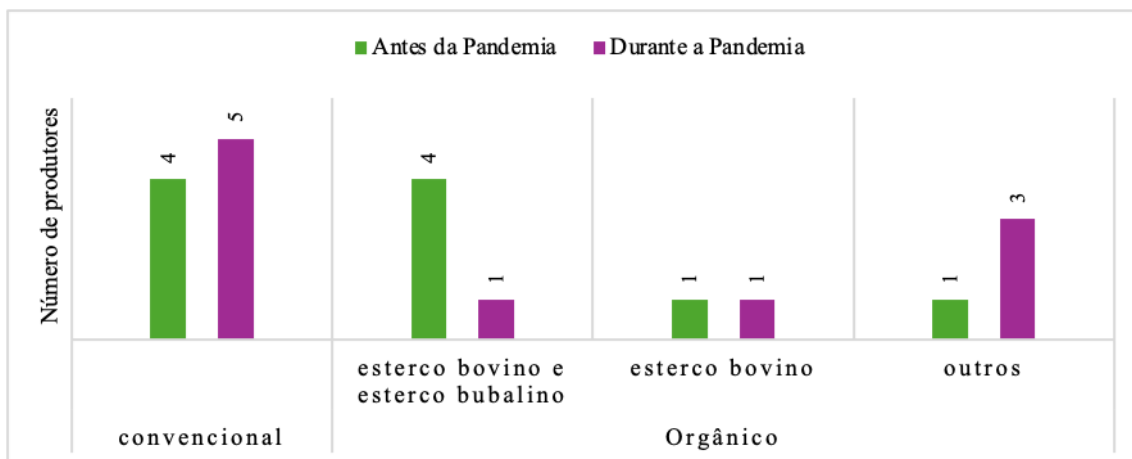
Todos os agricultores indicam que além da subsistência, suas propriedades têm a finalidade de produção voltada para a comercialização, contribuindo para complementação da renda familiar. Desta forma, os produtos indicados no Gráfico 3A continuam sendo destinados, também, para a comercialização. Em 2021 (durante a pandemia), entretanto, dois entrevistados responderam que a utilização atual de sua propriedade é exclusivamente para subsistência.

De acordo com o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017), os agricultores familiares são responsáveis por produzir cerca de 70% de feijão, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% da produção de leite, 59% do rebanho de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos, notando-se a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e garantia de alimentos, considerados base da dieta, na mesa de milhões de brasileiros, além da sua própria manutenção no campo.

No ano de 2018, quando perguntados sobre o manejo de produção adotado (orgânico/agroecológico ou convencional), levando-se em consideração os itens de adubação e manejo fitossanitário, quatro entrevistados responderam fazer uso do manejo convencional, com a utilização de defensivos agrícolas químicos para o controle de pragas e doenças; enquanto os demais produzem organicamente (6), com inserção de adubação orgânica no cultivo, principalmente usando-se o esterco bubalino e bovino (4 agricultores), apenas esterco bovino (1 agricultor) e outro tipo de adubo orgânico (1 agricultor), a fim de enriquecer o solo e promover aumento da produtividade da cultura; além do manejo fitossanitário ocorrer por meio da utilização de defensivos naturais (Gráfico 4).

Em 2021, aumentou o número de produtores que realizam o manejo convencional de produção. Todavia, também houve acréscimo daqueles que fazem uso de adubo orgânico proveniente do acúmulo de fezes, ração e penas de frango, chamado de “cama de frango”, como alternativa natural viável à produção agrícola, na opção ‘Outros’ (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Manejo de produção e adubos orgânicos utilizados pelos agricultores do assentamento agroextrativista do Anauerapucu, Santana, AP, antes e durante a pandemia.



Fonte: Autores (2025)

A adubação orgânica é realizada por 149 estabelecimentos agropecuários familiares do município de Santana-AP (58,2%) (IBGE, 2017), estando inclusos nesta porcentagem, agricultores desta pesquisa (Gráfico 4). Contudo, nota-se um número elevado de estabelecimentos que não costumam realizar adubação, seja química ou orgânica: 196 e 4.948 estabelecimentos familiares do município de Santana e do estado do Amapá, respectivamente (IBGE, 2017). Essa situação é responsável pela baixíssima produção e produtividade de diversas culturas no Estado e ao comparar-se a outros estados.

A produção orgânica no estado do Amapá ainda não está certificada; mesmo assim a produção sem o uso de agrotóxicos, é praticada por 85,3% dos agricultores familiares (IBGE, 2017). O fato de pelo menos seis agricultores responderem realizar o manejo agroecológico com controle de pragas e doenças de forma natural é incentivador e preponderante para que alcancem a certificação orgânica de sua propriedade.

Sobre o manejo sanitário alternativo e natural utilizado, foi mencionado o uso do tucupi: derivado da mandioca, preparando-se uma mistura a ser pulverizada sobre a área afetada, por meio da diluição de cada 1 litro de tucupi em 4 litros de água, sem o custo de comprar produtos sintéticos.

Nos últimos anos se observa um aumento no consumo de alimentos naturais e livres de agrotóxicos, conforme constatado em diversos estudos, a exemplo de Krischke e Tomiello (2009) que



JOURNAL OF ECOINNOVATION AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT - online (2965-9515)

identificaram em sua pesquisa as motivações dos consumidores em optar por alimentos orgânicos, como a qualidade do produto, vida saudável, qualidade de vida e a confiança na marca. Em outros estudos (Archanjo; Brito; Sauerbeck, 2001; Rucinski; Brandenburg, 2002; Ceschim; Marchetti, 2009) foi constatado que o consumidor de alimento orgânico valoriza o meio ambiente natural e que observa vantagens deste consumo em detrimento daqueles oriundos de um manejo convencional, mesmo com a diferença de preços.

Segundo Zylbersztajn e Neves (2000), os consumidores estão dispostos a pagar 30% a mais que os produtos comuns/convencionais, quando devidamente convencidos de que o alimento a ser comprado é livre de pesticidas e de negatividades externas que poderiam trazer malefícios a saúde.

Cientes das inúmeras oportunidades provenientes da venda de produtos orgânicos, os agricultores do assentamento seguem convincentes que devem expandir esta forma de cultivo, objetivando-se a melhoria do preço unitário de seus produtos, quando comparado àqueles convencionais; no entanto, um dos entraves para a produção livre de agrotóxicos é a falta de capacitação e acesso escasso à assistência técnica e extensão rural, os quais deveriam ser totalmente implementadas aos agricultores por parte dos órgãos públicos competentes, a fim de que auxiliassem os produtores familiares nos mais variados aspectos da produção dentro de suas propriedades, incluindo-se as orientações para um manejo fitossanitário adequado.

No Amapá, a origem da assistência técnica é irrisória, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), a maioria dos estabelecimentos agropecuários familiares (6.001 ou 85,9%) não recebe orientação técnica, seja esta proveniente do governo, cooperativas ou empresas etc. Tal resultado é repetido no município de Santana, AP, área da atual pesquisa, uma vez que, dos 545 estabelecimentos familiares, 481 não recebem assistência técnica; inclui-se neste quantitativo a amostra de agricultores aqui entrevistados.

Nas dificuldades enfrentadas no vivenciado momento, devido à contaminação pela Covid-19, os entrevistados continuam sem ajuda técnica de quaisquer órgãos públicos e salientam a redução da produção agrícola em suas propriedades devido aos seguintes aspectos: a) falta de insumos necessários à produção, b) medo de sair de casa para comprar insumos e vender sua mercadoria, c) medo de produzir e não ter a quem vender e d) mão-de-obra reduzida.



JOURNAL OF ECOINNOVATION AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT - online (2965-9515)

Dados do IICA (2020) apontam que a “produção tem sido afetada também pela falta de protocolos de segurança e de proteção sanitária que permitam aos agricultores trabalharem com tranquilidade, interagindo com a comunidade”; além da falta de acesso ao crédito para produção.

De modo geral, reconhece-se a incipiente produção agrícola e animal do Amapá, necessitando a importação de alguns alimentos de outros estados, com reflexos em maiores proporções dentro dos assentamentos, o que pode estar relacionado à deficiência ou falta de assistência técnica, de transporte para escoar a produção, de energia elétrica, de abastecimento de água (poços) e de créditos agrícolas, conforme aponta pesquisa de Silva, Filocreão e Lomba (2012), acerca dos assentamentos agroextrativistas do estado do Amapá.

Somado a estas questões, os agricultores do assentamento não são vinculados a cooperativas ou sindicatos que poderiam, no atual momento prover uma voz única de solicitação de amparo junto aos órgãos públicos ou, no caso da cooperativa, buscar alternativas de fortalecimento para continuar o processo produtivo e de escoamento da produção, a fim de evitar maiores danos da pandemia, como o êxodo rural, perda da identidade rural, dentre outros aspectos.

Sobre a comercialização dos produtos produzidos ou extraídos no assentamento, os agricultores fazem uso, principalmente, da venda direta ao consumidor, seja em sua propriedade ou na Feira do produtor do município de Santana-AP, bem como aos intermediários primários (atravessadores) e mercados institucionais, por meio dos programas PNAE e PAA.

Na Tabela 1 estão representados os produtos comercializados e seus respectivos preços médios cobrados pelos agricultores desta pesquisa, independente do período de estudo. De acordo com os próprios produtores, a fim de conquistar a fidelidade do consumidor, procuram oferecer produtos de qualidade, lavados e as frutas “bem maduras”.



Tabela 1. Preço médio cobrado pelos produtos comercializados pelos agricultores do assentamento do Anauerapucu, Santana-AP.

PRODUTO	UNIDADE	PREÇO	PRODUTO	UNIDADE	PREÇO
Açaí	1 L	R\$ 10,00	Graviola	1	R\$ 5,00
Acerola	1 Kg	R\$ 5,00	Limão	8	R\$ 2,00
Alface	1 maço	R\$ 1,00	Macaxeira	1Kg	R\$ 3,00
Aves	1	R\$ 35,00	Mandioca	1kg	R\$ 0,40
Bacaba	1L	R\$ 5,00	Maracujá	1kg	R\$ 4,00
Banana	1Kg	R\$ 4,00	Milho	50 espigas	R\$ 25,00
Batata	1Kg	R\$ 5,00	Peixe	1kg	R\$ 10,00
Camarão	1kg	R\$10,00	Pepino	1kg	R\$ 2,00
Chicória	1 maço	R\$ 1,00	Salsinha	1 maço	R\$ 2,00
Cheiro verde	1 maço	R\$ 1,00	Suíno	1kg	R\$ 15,00
Couve	1 maço	R\$ 1,00	Taperebá	1kg	R\$ 10,00
Cupuaçu	1Kg	R\$ 3,00	Tucupi	1L	R\$ 5,00
Farinha de mandioca	1L	R\$ 3,00			

Fonte: Autores (2025)

De acordo com Araújo (2018) e confirmado pelos agricultores do assentamento, a sazonalidade da produção é um fator importante na determinação dos preços, uma vez que a agricultura é dependente do tempo e clima da região de cultivo e, portanto, a sazonalidade proporciona a variação dos preços de acordo com a época do ano. Desta forma, agregar valor e consolidar uma produção agrícola diversificada, como ocorre no assentamento do Anauerapucu, relativo às sete espécies frutíferas produzidas conforme as safras anuais (Gráfico 3A); se constitui como uma estratégia de alcance de diferentes mercados, ressignificando a ideia de fixação do homem no campo, com perspectivas positivas.

O período chuvoso no estado do Amapá costuma ser abundante e contínuo, durante a maior parte do ano, reduzindo a produção de hortaliças para muitos agricultores que não dispõem de estruturas cobertas para o plantio, e acaba provocando a elevação de preços. Além disso, prejuízos são relacionados à rápida deterioração dos alimentos e aumento da ocorrência de pragas e doenças.

De maneira similar, observa-se que no período de safra para o extrativismo do açaí e de outras espécies frutíferas, os preços são baixos enquanto na entressafra, ocorre o aumento dos preços devido

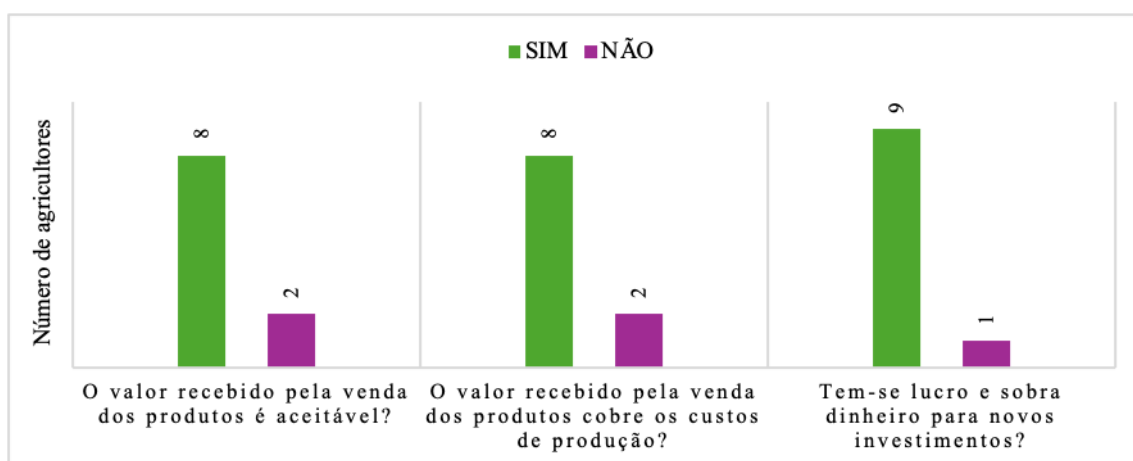


a enorme demanda e baixa oferta. Logo, lidar com flutuações deste aspecto é um desafio constante no mercado agrícola, e que diariamente são enfrentadas pelos pequenos produtores do assentamento do Anauerapucu, Santana – AP.

Além da sazonalidade, levantou-se o questionamento acerca de possíveis variações nos preços de venda em consequência da pandemia, comparando-se com o período anterior; e apenas dois produtores responderam ter verificado esta variação, porém não exemplificaram.

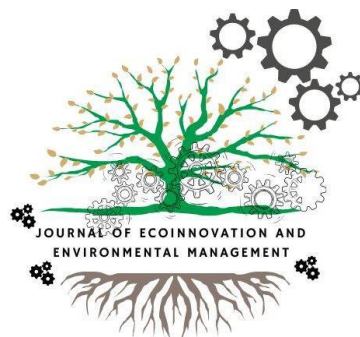
Em geral, quanto a satisfatoriedade do valor recebido pela venda dos produtos ser suficiente para cobrir os custos de produção e sobre a obtenção de lucro e dinheiro para novos investimentos, considerando os dois períodos estudados; denota-se que nem sempre ocorre de maneira satisfatória, mas oito entrevistados responderam receber um valor aceitável, enquanto os demais afirmaram que muitas vezes, o valor recebido com a venda do produto “é muito baixo e não consegue cobrir o investimento com os custos da produção” (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Aceitabilidade do valor recebido, cobertura dos custos de produção e obtenção de lucro imediato e para novos investimentos a partir da comercialização dos produtos dos agricultores assentamento do Anauerapucu, Santana-AP.



Fonte: Autores (2025).

Dos efeitos imediatos da pandemia, ainda em 2020, diversos estudos apontaram para o aumento no preço dos insumos, redução do valor pago aos produtos comercializados pelos agricultores



JOURNAL OF ECOINNOVATION AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT - online (2965-9515)

e a consequente diminuição da renda destes, (Salazar et al.; Schneider et al.; BID; 2020). Em pesquisa realizada por Del Grossi (2020) foi verificado que metade dos agricultores familiares brasileiros diminuíram sua receita mensal, onde o Amapá esteve entre os estados com queda da renda bruta mais expressiva para o mês de julho, na ordem de 40%. Estende-se, portanto, os efeitos em nível local, sentidos também no assentamento do Anauerapucu.

CONCLUSÃO

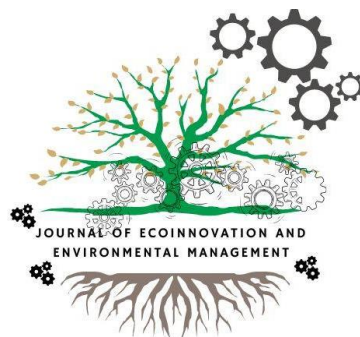
Os entrevistados possuem entre 29 e 65 anos de idade, a maioria com baixo grau de escolaridade, sem acesso à orientação técnica e não estão vinculados a associações ou cooperativas do ramo agroextrativista. Com mais de 10 anos de experiência com as atividades ligadas à agricultura, realizam o manejo convencional e, principalmente o orgânico, com adubação a base de esterco bovino e bubalino de áreas próximas. Seus estabelecimentos agropecuários possuem a finalidade de produção voltada para a subsistência e comercialização de produtos variados.

Destaca-se o desenvolvimento de múltiplas atividades, como uma característica inerente aos produtores do assentamento e que não fogem a regra da maioria dos agricultores familiares brasileiros. Realizam cultivo de lavouras temporárias, coleta/extração de frutas, bem como pesca e criação de pequenos animais; resultando numa variedade de produtos para consumo próprio e para comercialização, com mais de 11 espécies vegetais (folhas, frutos ou subprodutos) e 2 espécies animais, nos dois períodos analisados.

A diversidade de produtos agropecuários cultivados e/ou extraídos é resultante da busca por obter o máximo de autonomia alimentícia e segurança alimentar, bem como aumentar a renda mensal e até mesmo garantir o sustento nos períodos de entressafras.

As principais dificuldades enfrentadas no período anterior a pandemia e que se agravou em decorrência do estabelecimento da doença causada pelo novo Corona vírus estão relacionadas à falta de informação ou orientação técnica e crédito rural, estradas em péssimas condições, restrição de transporte e o continuado abandono ou o fazer parcial das esferas federal, estadual e municipal para com o seu povo.

Todos os entrevistados foram acometidos pela doença e descreveram efeitos negativos, inclusive de ordem psicológica, como o medo de interagir com os potenciais compradores e



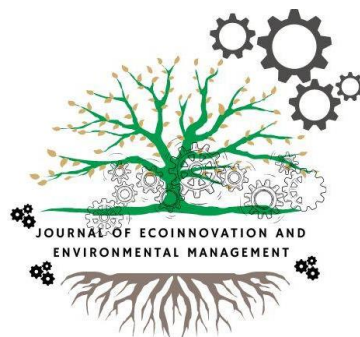
JOURNAL OF ECOINNOVATION AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT - online (2965-9515)

vendedores de insumos, além dos efeitos de ordem produtiva e comercial, com redução da produção e dos itens comercializados.

Por outro lado, novas estratégias de sobrevivência à pandemia surgiram, como a extração de outras espécies alimentares, complementando a renda dos agroextrativistas e fortalecendo a agricultura familiar e seu lugar de direito.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALVARES, C. A.; STAPE, J.L.; SENTELHAS, P. C.; GONÇALVES, J.L.M.; SPAROVEK, G. Köppen's climate classification map for Brazil. *Meteorologische Zeitschrift*, v.22, n. 6, p. 711-728, 2014.
- AMAPÁ. **Lei nº 0122, de 23 de agosto de 1991**. Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP. Disponível em: <https://rurap.portal.ap.gov.br/conteudo/institucional/quem-somos>. Acesso em: out. 2020.
- AMAPÁ. **Decreto nº 3.481, de 28 de agosto de 2007**. Aprova o Regulamento Geral do Fundo de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá - FRAP. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=118995>. Acesso em: out. 2020
- ARCHANJO, L. R.; BRITO, K. F. W.; SAUERBECK, S. Alimentos orgânicos em Curitiba: consume e significado. *Revista Caderno de Debates, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP*, v. 8, 2001.
- ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de Agronegócios**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018, 192p.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO – BID. **Retos para la agricultura familiar en el contexto del Covid-19: evidencia de productores en ALC**. Washington: BID, 2020.
- BARBOSA, P. J. F.; CASAROTTO, E. L.; MACHADO, R. R.; ALMEIDA, V. L.; VITORINO FILHO; V. A. A importância da diversificação agrícola como complemento na renda familiar na região de Manhuaçu – MG. *Revista CCEI – URCAMP*, v. 20, n. 35, p. 1-11, 2016.
- BRASIL. **Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília (DF), 24 jul. 2006.



JOURNAL OF ECOINNOVATION AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT - online (2965-9515)

BRITO, T.P.; PEREIRA, S.B.; PEREIRA, V.G. Produção da agricultura familiar e participação em mercados locais e institucionais em Cristina (MG). **Guaju: Revista Brasileira De Desenvolvimento Territorial Sustentável**, Matinhos, v.4, n.1, p. 184-211, 2018.

BUAINAIN, A.M.; SOUZA FILHO, H.M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para debate. Brasília: IICA, 2006.

CASSOL, A.; VARGAS, L. P.; CANEVER, M. D. (2020). Desenvolvimento territorial, Covid-19 e as novas estratégias de produção, comercialização e consumo de alimentos da agricultura familiar na Região Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 16(4), 388–401.

CESCHIM, G.; MARCHETTI, R.Z. O comportamento inovador entre consumidores de produtos orgânicos: uma abordagem qualitativa. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33. 2009. São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ANPAD, 2009.

DEL GROSSI, M. **Efeitos crise Covid**: análise nacional e agricultura familiar. Centro de Gestão da Agricultura Familiar e Inovação. CEGAFI/UnB. Informativo julho 2020.

FELIPPI, A.C.T.; DEPONTI, C.M.; DORNELLES, M. TICs na agricultura familiar: os usos e as apropriações em regiões do sul do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 13, n. 1, p. 3-31, 2017.

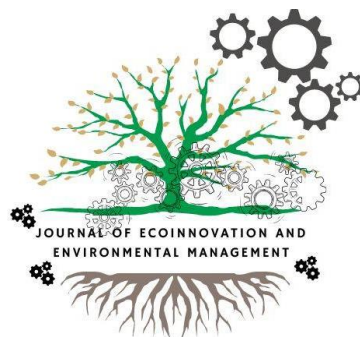
FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS– FAO. Cities and local governments at the forefront in building inclusive and resilient food systems: key results from the FAO survey “Urban food systems and Covid-19”. Roma: FAO, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: fev 2021.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ - RURAP. **Plano de desenvolvimento de assentamento**: Anauerapucu. Santana-AP, 2002.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA. La agricultura familiar y el abastecimiento agroalimentario ante la pandemia Covid-19 en América Latina y el Caribe. **Programa de Desarrollo Territorial y Agricultura Familiar**. Costa Rica, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação**. Brasília -DF, 2021, 333 p.



JOURNAL OF ECOINNOVATION AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT - online (2965-9515)

KRISCHKE, P.J.; TOMIELLO, N. O comportamento de compra dos consumidores de alimentos orgânicos: um estudo exploratório. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 10, n. 96, p. 27-43, 2009.

MARQUES, R.G. A questão da organização da agricultura camponesa no assentamento do Piquiazal. 2017. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. Brasília: MDA; Nead, 2005.

PLOEG, J.D. Diez cualidades de la agricultura familiar. **Revista de Agroecologia**, Peru, v.29, n.4. 2014.

PREISS, P. Challenges facing the Covid-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems. **Agric Hum Values, Agriculture, Food & Covid-19**, 2020.

RUCINSKI, J.; BRANDENBURG, A. Consumidores de orgânicos em Curitiba. *In*: I ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1, 2002. **Anais[...]** Indaiatuba-SP: ANPPAS, 2002.

SALAZAR, L.; SCHLING, M.; PALACIOS, A.C.; PAZOS, N. **Retos para la agricultura familiar en el contexto del Covid-19**: Evidencia de Productores en ALC. Banco Interamericano de Desarrollo. 2020.

SCHMIDHUBER, J.; QIAO, B. **Comparing Crises**: Great Lockdown versus Great Recession. Rome: FAO, 2020.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A.A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *In*: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, I.C.; FILOCREÃO, A.S.M.; LOMBA, R.M. Assentamentos rurais no estado do Amapá: uma visão da realidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21. **Anais [...]**. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2012.

SILVA, I.C.; FILOCREÃO, A.S.M. Sustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados no assentamento agroextrativista do Anauerapucu-AP. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v.4, n.2, p. 121-147, 2016.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. Economia e gestão dos negócios agroalimentares. **Pioneira**, 2000.